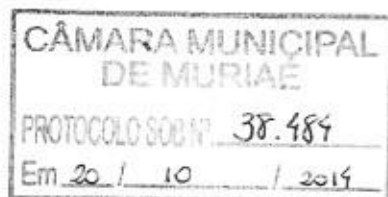




**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI N. \_\_\_\_\_ / 2014**



*Dispõe sobre o Orçamento Anual do Município de Muriaé para o exercício financeiro de 2015*

O Prefeito Municipal de Muriaé

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Título I**  
**DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 1º** - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Muriaé, para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, que abrange seus fundos, órgãos, entidades e Autarquia da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, que abrange todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta a ele vinculado, bem como fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**Título II**  
**DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Capítulo I**  
**DA ESTIMATIVA DA RECEITA**  
**Da Receita Total**

**Art. 2º** - A Receita Orçamentária, a preços correntes, conforme a legislação tributária vigente é estimada em R\$ 342.633.046,07 (trezentos e quarenta e dois milhões seiscentos e trinta e três mil quarenta e seis reais e sete centavos) desdobradas nos seguintes agregados:

I - Receita Corrente .....	R\$ 221.308.887,13
II - Receita de Capital .....	R\$ 123.639.727,59
III - Receitas Intra-Orçamentárias.....	R\$ 11.645.000,00
IV - Receitas Redutoras.....	(R\$ 13.960.568,65)

**Art. 3º** - As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto nos Anexos desta Lei.

**Art. 4º** - A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante dos Anexos desta Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Capítulo II**  
**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**  
**Da Despesa Total**

**Art. 5º** - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 342.633.046,07 (trezentos e quarenta e dois milhões seiscentos e trinta e três mil quarenta e seis reais e sete centavos) desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - Orçamento Fiscal:..... R\$ 252.919.299,80  
II - Orçamento da Seguridade Social:..... R\$ 89.713.746,18

**Art. 6º** - Estão plenamente assegurados os recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.737 de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015.

**Capítulo III**  
**DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO**

**Art. 7º** - A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

**Capítulo IV**  
**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO**

**Art. 8º** - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal n. 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I - anulação parcial ou total de dotações;
- II - incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- III - excesso de arrecadação em bases constantes.

**Parágrafo Único** – Exclui-se da base de cálculo do limite a que se refere o *caput* deste artigo o valor correspondente à amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

**Art. 9º** - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I - atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

II - atender o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios;

IV - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programa de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.

**Título V**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10** – As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 11** – A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos respectivos instrumentos.

**Título VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12** – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda, nos termos de lei específica para cada empréstimo.

**Art. 13** – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contra-garantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos, nos termos de lei específica para cada empréstimo.

**Art. 14** – O Poder Executivo poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme a previsão da Lei Municipal nº 4.737 de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 15** – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções sociais especiais às entidades filantrópicas ou assistenciais, que sejam declaradas de utilidade pública, e realizem atendimento ao público de forma gratuita, observando os seguintes requisitos:

§ 1º – As instituições beneficiadas com subvenções sociais especiais deverão prestar contas de sua aplicação, aos Órgãos da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Administração Direta do Município, ao final do exercício financeiro, de acordo com os dispositivos legais.

§ 2º – O atendimento às subvenções sociais especiais, tratadas neste artigo 15 (quinze), será analisado separadamente por entidade, tendo-se como critérios de distribuição o enquadramento das entidades beneficiárias às normas legais que regulamentam a concessão do benefício.

§ 3º – Além dos requisitos estabelecidos nos §§ 1º e 2º deste artigo, para a concessão de subvenções sociais deverá ser exigido pelo Poder Executivo que as entidades beneficiadas atendam o seguinte:

- I – possuam inscrição regular junto ao CNPJ nos últimos 2 (dois) anos;
- II – apresentem declaração de funcionamento regular, emitida no ano de 2011, assinada por 3 (três) autoridades deste Município;
- III – comprovem regularidade do mandato de sua diretoria;
- IV – apresentem declaração firmada por toda a sua diretoria de que ocorrerá a reversão da subvenção concedida em caso de desvio de sua finalidade na aplicação dos recursos;
- V – apresentem declaração firmada por toda a sua diretoria de que possuem ciência do disposto no parágrafo único do artigo 204 (duzentos e quatro) da Constituição Federal, e que não utilizarão os recursos da subvenção concedida para a realização de despesas com o seguinte:
  - a) despesas com pessoal e encargos sociais;
  - b) pagamento de juros ou outros acessórios de dívidas;
  - c) despesas correntes não vinculadas diretamente com os objetivos da entidade ou ações apoiadas pela mesma.

§ 4º – É vedado do Poder Executivo conceder as subvenções sociais disciplinadas neste artigo 15 (quinze) a entidades ou a organismos que agentes políticos municipais de quaisquer dos Poderes, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja dirigente ou administrador.

**Art. 16** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 20 de outubro de 2014

  
**ALOYSIO NAVARRO DE AQUINO**  
Prefeito Municipal de Muriaé



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

Muriaé (MG), 20 de outubro de 2014

*Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,*

Saudações. É com imensa satisfação, nos termos das disposições legais vigentes, que encaminho o presente projeto de lei a esta Augusta Casa Legislativa para que seja apreciado, discutido e votado, com a seguinte:

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de projeto de Lei Orçamentária exercício 2015, visando cumprir o mandamento constitucional insculpido em seu artigo 165, inciso III e, por simetria, a Lei Orgânica do Município de Muriaé, determinam que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento Anual, sendo que a LOA é a norma legal que define o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, estimando a receita e fixando a despesa do Ente Municipal.

Cumpre-me destacar que para o exercício financeiro de 2015 foi estimada uma receita de R\$ 342.633.046,07 (trezentos e quarenta e dois milhões seiscentos e trinta e três mil quarenta e seis reais e sete centavos), fixando-se a despesa no mesmo valor.

Quanto à economia, destaco que, no momento, o mundo está passando por um período de instabilidade ocasionado em parte por incertezas futuras advindas da estagnação econômica da Europa. Esta estagnação se deve à redução generalizada das previsões das grandes economias do euro para 2014, com uma Itália em recessão estimada de -0,2% (cinco décimos a menos que em julho), França com um crescimento baixo, de 0,4% (quatro décimos a menos), e o surpreendente enfraquecimento da Alemanha, que o FMI calcula agora que crescerá 1,4% (cinco décimos a menos); perspectivas que denotam um plano de crescimento econômico para 2015 pífi. Os Estados Unidos começam a apresentar uma estabilidade em seu crescimento, haja vista, principalmente, as "condições financeiras favoráveis", o notável avanço no ajuste fiscal, a maior "força" das contas das famílias e um "mais saudável" mercado imobiliário. A China, por sua vez, se mantém dentro das previsões de 7,4% e 7,1% devido às medidas de apoio tomadas por Pequim após um leve enfraquecimento nos rumos de sua economia.

As tensões geopolíticas continuam sendo um fator de constante preocupação para o FMI, que no ano passado concentrou suas atenções no conflito na Ucrânia, e que agora considera como grande fator problemático a intensificação das ações militares contra o grupo radical Estado Islâmico, no Iraque e na Síria. Fruto dessas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

incertezas geopolíticas o FMI insere um baixo crescimento da economia Russa para o ano de 2015, resultado de um "impacto das tensões geopolíticas nos investimentos externos e na produção doméstica".

As perspectivas para o Brasil são moderadas com previsão do FMI para crescimento baixíssimo, com aumento da inflação, queda no oferecimento de crédito e forte retração dos investimentos na área da indústria. Desta forma, as projeções de receita e a fixação das despesas foram realizadas dentro dos princípios da economicidade e eficiência, de forma a enquadrar este cenário de incerteza e assegurar a responsabilidade fiscal.

No orçamento 2015, investimentos importantes nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento urbano e social foram alocados no orçamento, boa parte oriundos de parcerias com o Governo Federal e Estadual. Também foram asseguradas as demais despesas de caráter continuado como folha de pagamento – inclusive a previsão de reajuste anual e geral dos servidores - e demais manutenções das atividades administrativas.

Não obstante, outras ações deverão ser adotadas para fomentar o crescimento econômico de nosso Município, inclusive, com incentivo à arrecadação dos tributos, para fazer frente às crescentes demandas de serviços públicos.

Saliento finalmente que, a busca por austeridade fiscal com melhor eficiência e eficácia nos gastos públicos se faz imperativo, tendo a Lei Orçamentária a estratégia de recuperação da capacidade do Município de Muriaé de desempenhar as suas funções de indutor do desenvolvimento social, econômico e de política institucional de cidadania.

Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**ALOYSIO NAVARRO DE AQUINO**  
Prefeito Municipal de Muriaé

**Exmo. Sr.**  
**Joel Moraes de Asevedo Júnior**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**